

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE

Tuilly de Fátima Macedo Furtado Guerra; Márcia de Fátima Almeida Silva; Tamillys Macedo Cordeiro; Diana Sampaio Braga.

(Universidade Estadual da Paraíba, tuillyfurtado@gmail.com)

Resumo: A pesquisa consistiu em uma análise das ações pedagógicas realizadas em uma sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) de uma das escolas municipais de Campina Grande - PB, selecionada por apresentar maior representatividade na inclusão de crianças com deficiência intelectual. Para tanto, foi realizada uma visita acadêmica à sala do AEE e uma entrevista com a professora psicopedagoga responsável pelo monitoramento desta sala com perguntas que versavam sobre a implantação da sala, sistemática do atendimento, processo de avaliação do aluno com deficiência e dificuldades enfrentadas. Em vários momentos, foi citada a importância de ensinar a esses alunos não apenas o conteúdo curricular, mas também autonomia na realização de atividades diárias levando-os a ter a uma vida mais independente possível. Fato comprovado pela observação dos professores do avanço de alguns alunos. Foram pontuadas possíveis adaptações que podem ser adotadas para o processo de avaliação do aluno com deficiência intelectual, além, da importância do desenvolvimento de políticas que promovam uma formação que habilite o professor para lidar com a diversidade das necessidades educacionais especiais. A análise da conjuntura da concepção dos profissionais e a observação da dinâmica de atuação dos mesmos permite elencar algumas atitudes necessárias para a implementação de fato da educação inclusiva para finalmente vencer a barreira da exclusão.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Sala do AEE e Necessidades especiais.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva pode ser entendida como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. Ela pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero inerentes aos seres humanos (DIVERSA, 2018).

O conceito de inclusão foi elaborado em um movimento histórico que tem suas origens nas lutas das pessoas com deficiência por acesso à educação. Tem, portanto, nas suas bases, a história da educação especial. Tal história geralmente é descrita como um processo evolutivo que atravessa um período de segregação, passa por esforços integrativos e resulta no movimento inclusivista (ANJOS, ANDRADE e PEREIRA, 2009), caracterizado por uma transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção (DIVERSA, 2018).

Segundo Sasaki (1997) as necessidades educacionais especiais, podem resultar de condições atípicas, tais como:

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

- Deficiências mental, física, auditiva, visual e múltipla;
- Autismo;
- Dificuldades de aprendizagem;
- Insuficiências orgânicas;
- Superdotação.

A sociedade, em todas as culturas, atravessou diversas fases no que se referem às práticas sociais aplicadas as pessoas com deficiência. Ela começou praticando a exclusão social de pessoas que, por causa das condições atípicas, não lhe pareciam pertencer à maioria da população (SASSAKI, 1997).

A educação para alunos com algum tipo de deficiência no Brasil avançou ao longo dos anos obtendo inúmeras conquistas, isso não aconteceu do dia para a noite, mas foi a partir da constituição de 1988 que a educação voltada para inclusão ganhou nova conotação, pois o art.205 define a educação como um direito de todos. Já em 1996 é sancionada a Lei 9.934 (LDB) que assegura o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais. Em 2002 a Lei 10.436 reconhece a língua de sinais como meio legal de comunicação e 2014 no Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece que a educação para os alunos com deficiência deve ocorrer preferencialmente no sistema público.

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2013 revelou que 6,2% da população brasileira tem algum tipo de deficiência. No que diz respeito a deficiência intelectual foi estimado que 0,8% da população apresentava essa condição.

De acordo com Darcy, Prioste, e Machado (2007), a deficiência intelectual é caracterizada por um comprometimento na inteligência que é detectado através de testes psicológicos responsáveis por mensurar o quociente intelectual. Além desse parâmetro quantitativo, também é feita uma avaliação global sobre como a pessoa com deficiência consegue responder aos desafios diários, neste sentido são observadas habilidades, por exemplo, de: autocuidado, acadêmicas, de trabalho e higiene, a conclusão do diagnóstico requer que pelo menos duas dessas habilidades mostrem algum prejuízo.

Embora, apresentem uma média de inteligência inferior a do restante da população, o aluno com deficiência intelectual não é incapaz de aprender, porém tem um ritmo de aprendizagem mais lento o que em alguns momentos pode ser uma fonte de frustração para o professor, imbuído da ideologia de que a aquisição de conteúdos escolares é sua grande meta e que esse é o único aspecto a ser avaliado (DARCY, PRIOSTE e MACHADO, 2007).

Neste sentido, a educação inclusiva requer a adoção de um novo paradigma para avaliação de alunos, o método tradicional se pauta em uma análise quantitativa do desempenho do aluno que considera quase exclusivamente a aquisição de conteúdos formais.

Atualmente, o que se propõe é uma avaliação qualitativa que usa como parâmetro o processo de evolução experimentado pelo aluno, para tanto, considera-se o desenvolvimento apresentado por ele em vários aspectos: conteúdos, socialização, autonomia nas atividades e as conquistas obtidas ao longo do tempo. Além disso, cada categoria dos grupos das necessidades educativas especiais requer que algumas adaptações sejam feitas nos métodos avaliativos.

Para incluir é necessário respeitar a diferença, conviver com a diversidade, ou seja, implica em um extenso trilhar, um processo que começa no espaço familiar e que se desdobra no escolar e comunitário, ambientes em que se devem enfrentar o preconceito arraigado e tratar de extirpá-los, buscando o fortalecimento das políticas de inclusão que ultrapassem a forma da legislação, transformando-se em conscientização social, investimento e capacitação pedagógica específica para atender as diferentes demandas (BARROS e BRITO 2017).

Almeida *et. al* (2011) salientam que mesmo diante de iniciativas governamentais e esforços internacionais em prol da inclusão, modificar o presente paradigma ainda é um desafio, uma vez que se faz necessárias ações efetivas de convencimento para que a proposta de inclusão seja realmente realizada.

Segundo Silva (2016), o desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade, atendendo aos princípios da inclusão, junto aos alunos com deficiência intelectual, sensorial ou física, envolve entre outros fatores: a percepção da deficiência como mais uma condição de o ser humano estar no mundo; a aquisição de conhecimentos específicos que considerem as implicações decorrentes de cada deficiência no desenvolvimento da aprendizagem de tais educandos; a compreensão que as bases pedagógicas são as mesmas para o ensino a qualquer aluno e que a diferença em ensinar crianças, jovens e adultos na condição de deficiência começa com o nosso olhar em relação a cada um deles.

Diante da demanda da população com algum tipo de deficiência no Brasil e para atender a legislação sobre a necessidade de inclusão na educação, na cidade de Campina Grande-PB das 123 escolas públicas além das conveniadas, 40 foram instaladas as chamadas salas de Recursos multifuncionais ou salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O município se orgulha pelas salas instaladas, resultante de um projeto do governo federal, adotando o seguinte tema nos desfiles de 2017: Campina Grande: Cidade educativa e Inclusiva. A coordenadora do programa de Educação especial, Iara Gomes, em entrevista ao

JPB (2014) afirma que cada vez mais as escolas têm promovido a inclusão e explica: “ O trabalho que oferecemos é de acompanhar as escolas, promover formação continuada aos professores, orientação às famílias e aos alunos, quando necessita e quando identificado pela escola”.

A procura pela matrícula na rede municipal de ensino tem aumentado nos últimos anos, devido a implementação das salas do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Na mesma reportagem, Maria José Catão, mãe de uma aluna com necessidades educacionais especiais, relata: “A creche não estava atendendo as necessidades dela, ela precisava ir mais além”. Nas imagens abaixo, as rampas de acessibilidade e um aluno na sala do AEE.

Figura 1: Implantação da educação inclusiva no município de Campina Grande - PB



(a) Rampa de acessibilidade

(b) Sala do AEE

Fonte: G1.com. Educação inclusiva nas escolas municipais de Campina Grande (2014)

Apesar de avanços, segundo o sindicalista Napoleão Maracajá, a rede pública de Campina, não implementou outras ações específicas para essas crianças, como acompanhamento psicológico e outros, o que não preenche as lacunas que os alunos precisam. Ainda complementou em entrevista ao Jornal Paraíba Online (2017), as instâncias públicas ainda não se prepararam para atender as pessoas com necessidades educacionais especiais, como segue trecho da entrevista:

“Os professores não foram preparados para isso; os equipamentos das escolas também não. Em Campina Grande, houve um avanço com a implantação de cuidadores (...). A criança com necessidade especial precisa de acompanhamento diferenciado”.

METODOLOGIA

O presente artigo apresenta discussões, resultado de uma atividade prática requisito da disciplina de Educação Inclusiva ofertada pela Universidade Estadual da Paraíba, componente curricular obrigatório aos cursos de licenciatura, para verificar na prática a realização de conceitos teóricos sobre a pedagogia inclusiva.

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Gustavo Adolfo Cândido Alves. Localizado na Rua Pedro Aragão s/n no bairro Sandra Cavalcante, na cidade de Campina Grande- PB. Até a data da pesquisa, a escola conta com 16 crianças especiais, sendo 1 com baixa audição e os demais com deficiência intelectual. Não possui demanda de alunos com deficiência visual.

O estudo consistiu numa análise da implementação da educação inclusiva através de uma sala multifuncional chamada de sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) sob o ponto de vista da psicopedagoga responsável. A pesquisa foi realizada através de uma entrevista, com um roteiro de perguntas que envolveram questões do cotidiano da escola em relação a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais, o seu processo de socialização e a sistemática da sala do AEE.

A escola pesquisada apresenta bons resultados nas notas do IDEB, estando acima da meta estabelecida. O IDEB da escola atingiu a meta e cresceu, mas ainda não alcançou 6,0. A Figura 2 apresenta a evolução da nota do IDEB e a meta estabelecida.

Figura 2: Avanço do IDEB ao longo dos anos.



Fonte : <http://qedu.org.br/escola/80121-emef-gustavo-adolfo-candido-alves/evolucao>

Os resultados qualitativos desta pesquisa visam contribuir para a compreensão do processo de inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na sala de atendimento educacional especializado em uma escola regular de ensino especialmente o dos

alunos com deficiência intelectual que se constitui no principal público atendido. Pois, como defende Pletsch e Braun (2008), a Educação Inclusiva almeja superar a ideia de que a deficiência intelectual é uma condição estática e permanente, em favor de uma concepção em que o desenvolvimento varia conforme os apoios e/ou suportes recebidos pelo indivíduo.

VISÃO DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELO MONITORAMENTO DA SALA DO AEE

O roteiro seguinte foi destinado a professora psicopedagoga responsável pelo monitoramento desta sala com perguntas que versavam sobre a implantação da sala, sistemática do atendimento, processo de avaliação do aluno com deficiência e dificuldades enfrentadas.

Como a Educação Especial foi iniciada na escola?

- Faz nove anos com a sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) com uma das primeiras crianças diagnosticadas com autismo no município daí a implementação da sala que foi projeto do governo federal, aumentando a demanda dos alunos em seguida.

Quais os objetivos da sala

- A criança com deficiência educacional é traçada um plano para ela. Exemplo um aluno com síndrome de Down fez-se um plano de aprendizagem para ela, pois não conhece as cores, formas e etc. As metas foram: Fazer contagem, associação número quantidade, formas e cores. Cada criança independente da série dela segue essas metas, pois mais importante que o nível escolar é a interação social.
- Também trabalhamos o cotidiano, como comer, vestir, mastigar e usar o banheiro. O aluno com síndrome de down quando chegou aqui não comia sozinho e foi trabalhado as coisas práticas. Aqui ele se “encontrou” (...). Aqui é uma escola que aceita os especiais, as crianças não tem preconceito.



Como é feita a avaliação?

- Faz prova mediada, pois os alunos especiais percebem que o colega tem papel e ele não. É adaptada, enquanto uns escrevem outros pintam. Exemplo: Enquanto as outras escrevem quais os animais ovíparos, eles pintam os animais, não percebendo nenhuma diferença entre as provas. Em alguns tipos de prova, alguns são retirados da sala para fazer com mediação.

Qual o comportamento dos alunos em sala de aula?

- As crianças com síndrome de down e Deficiência Intelectual conseguem ficar na sala, mas as crianças com autismo tem mais dificuldade. O tempo de concentração é menor. O primeiro horário ainda se conseguem que eles permaneçam na sala e no segundo horário eles fazem outras coisas. Quando não estão na sala de aula, a sala do AEE é mais atrativa.

Qual a frequência que os alunos frequentam a sala do AEE?

- Varia, duas vezes por semana, três vezes por semana ou até todo dia, o atendimento dura uma hora e é individual, só em dupla para crianças com deficiência intelectual.

O que poderia ser feito para melhorar o processo de Inclusão

- Incluir é muito difícil, é mais fácil inserir. Não há um preparo prático na Universidade para tratar pessoas com deficiência. Eu sei os teóricos, os filósofos, mas a pratica é só quando, chega. É muito diferente, sou professora de escola regular e do AEE, fazendo atendimento é uma coisa e sendo professora é outra.
- A professora se desespera quando não ver o resultado de um aluno ou percebe baixos avanços no aluno. É preciso ter uma mente aberta para atender. Se investisse mais no professor para trabalhar com essas crianças seria importante.
- A sala do AEE não é uma sala de reforço, é uma sala para potencializar o aprendizado da criança. Trabalha com jogos para desenvolver a concentração, quebra-cabeça para desenvolver a lógica, numeral... Tudo de forma, lúdica. A sala é para deficiente e não para todo público.

Através da análise da entrevista com a psicopedagoga, é possível observar as dificuldades de implementação na prática das iniciativas governamentais de inclusão, porém com determinação e interesse da gestão escolar é possível obter bons resultados e aos poucos refazer a percepção de limitação dos alunos que possuem necessidades educacionais, incluindo estes, não apenas no processo de aprendizagem, mas dando-lhes mais qualidade de vida.

Como afirma Silva (2016) o trabalho pedagógico de inclusão vai além de apenas transmitir conhecimento, mas requer também despertar para individualidade de cada aluno, traçando metas específicas de aprendizagem, bem como atividades que o induzam a ser mais independentes. Diante disso, a escola objeto desta pesquisa destaca-se pela atuação na educação inclusiva na cidade, não apenas por ser pioneira deste seguimento, mas pela prática de personalização de metas de ensino e praticas para o cotidiano, levando a escola a ultrapassar a barreira do ensino, pois como ressalta psicopedagoga, mais importante que a interação escolar é a interação social. Fato comprovado durante a observação do intervalo, que é a relação carinhosa entre os alunos, não se percebendo nenhuma distinção aos alunos com necessidades educacionais.

Outra questão pontuada na entrevista foi o relato do sentimento de frustração de alguns professores por não identificar um avanço na aprendizagem escolar do aluno com deficiência intelectual. Para Darcy, Prioste e Machado (2007) este desapontamento é reflexo da crença de que o principal objetivo do professor é propiciar a assimilação de conteúdos formais. No paradigma da Educação Inclusiva é necessário considerar o desempenho do aluno em outras áreas como: socialização, independência na realização das atividades e sua evolução no decorrer tempo.

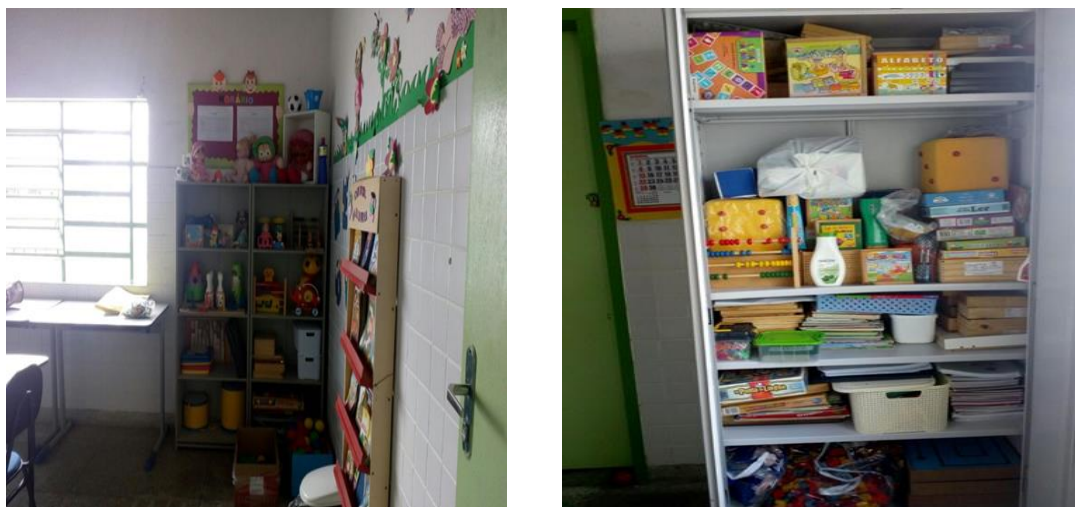
Em termos mais abrangentes, a partir da visita e observação na escola foi possível contextualizar e observar na prática as ações pedagógicas de inclusão educacional aprendidas teoricamente no curso de licenciatura. Dentre estas, identificamos a promoção de atividades de cunho lúdico como a utilização de jogos pedagógicos para a aquisição de habilidades de lógica, matemática e leitura; a compreensão ampla de aprendizagem que não se limita a incorporação de conteúdos teóricos, mas inclui o incentivo para a conquista da autonomia nas atividades diárias e o auxílio nas adaptações necessárias no processo de avaliação dos alunos com deficiência intelectual as quais são feitas ou por meio da mediação de um professor ou adotando metodologias que tornam o conteúdo mais acessível como o desenho ou a pintura.

Além disso, foi mencionada pela psicopedagoga uma queixa bastante frequente verbalizada pelos profissionais que ensinam crianças com necessidades educacionais especiais, a importância da promoção de cursos de qualificação que capacitem os docentes para lidar com as demandas específicas de cada aluno, alinhado ao que defende Barros e Brito (2017) que para a efetivação de um ambiente escolar inclusivo é imprescindível o investimento na formação do professor.

Para finalizar, nas figuras seguintes será mostrada a sala de Atendimento Educacional Especializado da escola.



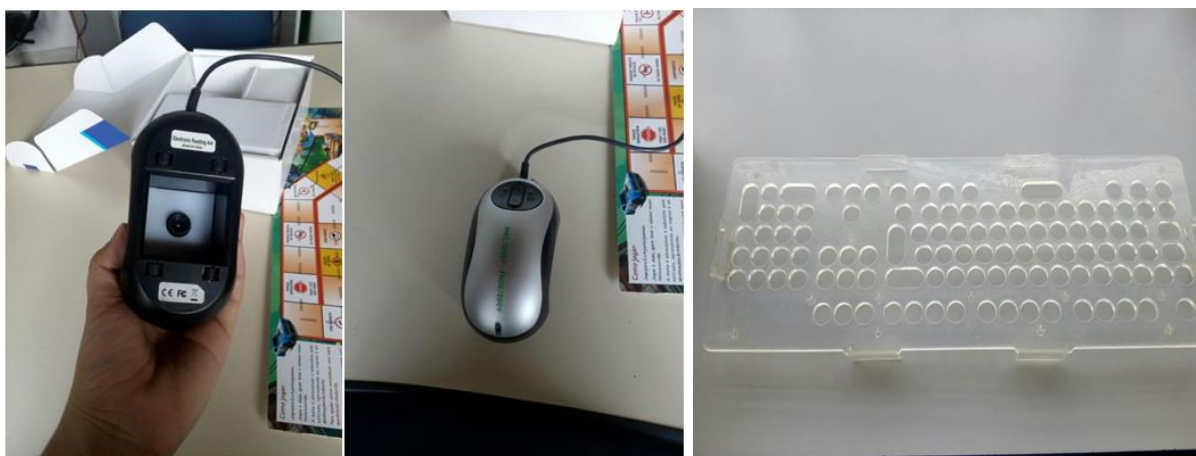
Figura 3: Sala do AEE da escola Gustavo Adolfo Cândido Alves



Fonte: Acervo da pesquisa (2018)

A sala do AEE dispõe de diversos materiais de apoio didático, este material é solicitado de acordo com a demanda de alunos e o tipo de deficiência apresentada. A sala não dispõe de material para deficiente visual no sistema Braille, porque até o momento da pesquisa, a escola não tinha nenhum aluno com tal exigência, segundo a pedagoga. Nas figuras abaixo segue alguns dos materiais disponíveis.

Figura 4: (A): Mouse Óptico leitor; (B) Teclado acrilico direcional



(A)

(B)

Fonte: Acervo da pesquisa (2018)

Figura 5: Jogo da Memória



(A) Alfabetização de Surdos

(B) Jogo de memória em alto relevo para deficientes visuais

Fonte : Acervo da pesquisa

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola em questão foi pioneira na rede municipal de Campina Grande-PB na implantação da sala do AEE, desde então há uma grande procura pela escola de alunos de outros bairros, pois nem todas as escolas ainda possuem a sala. A psicopedagoga ressaltou, que quando disponível é possível que alunos de outras escolas frequentem a sala multifuncional.

A escola não se limita apenas a inserir os alunos aos conteúdos curriculares através de provas mediadas, ela abrange suas limitações pelo estabelecimento de metas específicas para cada aluno, de acordo com a sua deficiência, para que ele possa ter mais autoconfiança e independência. Pois, como relata a psicopedagoga, há alunos que não sabem se vestir ou comer sozinho, então essas habilidades também são estimuladas paralelamente na escola.

A escola, como as demais da rede Municipal, possui acompanhante para cada aluno, o que aumentou drasticamente a demanda de matrícula, até de alunos da rede particular. Estes alunos mesmo podendo arcar com as despesas da rede privada busca a escola pela possibilidade da acompanhante, bem como pela possibilidade de inclusão social dos filhos, pois como foi possível observar durante a pesquisa, os alunos não fazem distinção entre si. Em vários momentos foi possível ver a amizade dos alunos durante o intervalo. Isso é imprescindível para a evolução da educação seja de fato inclusiva.

Apesar das boas referências nas observações, como pontua a psicopedagoga é necessário que se invista mais na formação dos profissionais para atuar na educação inclusiva,

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br

www.cintedi.com.br

pois apesar de haver certo conteúdo teórico, a prática é bastante diferente, e é isso que faz toda a diferença.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. C. de; MANCINI, M. C.; MELO, A. P. P. de; DRUMMOND, A. de F. Barreiras e facilitadores no processo de inclusão de crianças com paralisia cerebral em escolas de ensino regular. Cadernos de terapia ocupacional da UFSCar. v.19, n.2. São Carlos: UFSCar, 2011.

ANJOS, H.P.; ANDRADE, E.P.; PEREIRA, M.R. A inclusão escolar do ponto de vista dos professores: o processo de constituição de um discurso. Revista Brasileira de Educação v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.

BARROS, M.C.M.S.; BRITO, M.I.M.S. Educação Inclusiva: Possibilidades e Desafios. In: 10º Encontro Internacional de Formação de Professores. Universidade Tiradentes - Campus Farolândia Aracaju-Sergipe, 2017.

CATÃO, M.J. Educação inclusiva nas escolas municipais de Campina Grande. JPB 2ª Edição. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/jpb-2edicao/videos/v/educacao-inclusiva-nas-escolas-municipais-de-campina-grande/3604236/>. Acessado em 27/07/2018.

DARCY, R; PRIOSTE, C; MACHADO, M. L. G. 10 questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental. São Paulo: Avercamp, 2007.

DIVERSA: Educação inclusiva na Prática. O que é educação inclusiva? Disponível em: <http://diversa.org.br/educacao-inclusiva/o-que-e-educacao-inclusiva/>. Acessado em 31 de maio de 2018.

GOMES, I. Educação inclusiva nas escolas municipais de Campina Grande. JPB 2ª Edição. Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/jpb-2edicao/videos/v/educacao-inclusiva-nas-escolas-municipais-de-campina-grande/3604236/>. Acessado em 27/07/2018.

IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2013. Ciclos de Vida, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94522.pdf>. Acessado em 31 de maio de 2018.

MARACAJÁ, N. Sindicalista: educação inclusiva em Campina está a anos luz do que seria o ideal. Jornal Paraíba Online (2017). Disponível em:

<https://paraibaonline.com.br/2017/11/sindicalista-educacao-inclusiva-em-campina-esta-a-anos-luz-do-que-seria-o-ideal>. Acessado em: 27/07/2018.

PLETSCH, M. D. e BRAUN, P. A Inclusão de Pessoas com Deficiência Mental: um Processo em Construção. Instituto Superior de Educação da Zona Oeste/ Faetec/ Sect - RJ. Democratizar, v. II , n .2 , mai./ago. 2008.

QEDU. Gustavo Adolfo Candido Alves (EMEF). Disponível em: <https://www.qedu.org.br/escola/80121-emef-gustavo-adolfo-candido-alves/ideb>. Acessado em: 27/07/2018.

SASSAKI, R. K. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVA, L.G.S. Educação Inclusiva: Práticas Pedagógicas para uma Escola sem Exclusão. Editora Paulinas, 2016.